



RELATÓRIO ANUAL

2017



1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Relatório da Administração

Senhoras e Senhores,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2017, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperzem Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica – COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO para a sociedade, parceiros e consumidores.

A COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO atua no segmento de distribuição e comercialização de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 56 anos de existência.

A meta da administração continua sendo buscar incessantemente melhores condições sociais e de fornecimento ao grupo de associados e consumidores de sua área de atuação.



Comportamento do Mercado

As redes de distribuição de energia elétrica da COOPERZEM atendem os municípios de Armazém, São Martinho e São Bonifácio em 100% das residências.

Energia Distribuída

A distribuição de energia elétrica na área de atuação da Cooperativa em 2017 foi de 40.895 MWh contra 39.246 MWh em 2016, demonstrando um crescimento de 4,20%.

Consumo por classe - em MWh			
Classe	2017	2016	%
Residencial	9,792	10,183	-3,84%
Rural	13,150	12,491	5,28%
Comercial	3,822	4,078	-6,28%
Industrial	11,482	9,920	15,75%
Poderes Públicos	0,745	0,728	2,34%
Outros	1,904	1,846	3,14%
Total	40,895	39,246	4,20%

Número de consumidores

O número de consumidores com faturamento no encerramento do exercício de 2017 apresentou um crescimento de 0,33%, quando comparado com o número de consumidores no encerramento do exercício anterior.

Número de Consumidores			Variação %
Classe	2017	2016	
Residencial	4.403	4.376	0,62%
Industrial	176	180	-2,22%
Comercial	507	499	1,60%
Rural	2.652	2.656	-0,15%
Poderes Públicos	101	101	0,00%
Iluminação Pública	4	4	0,00%
Serviço Público	14	15	-6,67%
Total	7.857	7.831	0,33%

Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica praticada em dezembro de 2017, atingiu foi de R\$ 481,76, representando 7,44% acima da tarifa média praticada em dezembro de 2016.

Handwritten signature or initials in blue ink.

Tarifa média de Fornecimento

Classe	R\$/Mwh		Variação %
	2017	2016	
Residencial	555,72	517,24	7,44%
Industrial	555,72	517,24	7,44%
Comercial	555,72	517,24	7,44%
Rural	389,28	362,32	7,44%
Poderes Públicos	555,72	517,24	7,44%
Iluminação Pública	287,81	267,88	7,44%
Serviço Público	472,36	439,65	7,44%
Média	481,76	448,40	7,44%

Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício de 2017, líquida de ICMS, PIS e COFINS foi de R\$ 19.548 mil, superando em 17,28% a receita apurada em 2016, com total de R\$ 16.668 mil.

Em milhares de reais

Descrição das Receitas por Classe de Consumidor

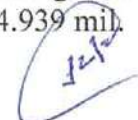
1 - Receita Bruta			
Classe	2017	2016	Variação %
Residencial	6.702	6.312	6,18%
Industrial	8.146	6.127	32,94%
Comercial	2.887	2.768	4,29%
Rural	6.097	5.185	17,60%
Poder Público	512	443	15,57%
Iluminação Pública	657	544	20,58%
Serviço Público	153	126	21,01%
Soma	25.153	21.505	16,96%
2 - (-) ICMS/PIS/COFINS	-5.604	-4.838	15,85%
3 - (=) Receita com Energia (1-2)	19.548	16.668	17,28%

Desempenho Econômico e Financeiro

Em 2017, o resultado líquido do serviço, que é o resultado líquido antes dos efeitos financeiros, do resultado não operacional e dos tributos, foi de R\$ 988.645,66 (novecentos e oitenta e oito mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e sessenta e seis centavos). A receita operacional líquida foi de R\$ 19.775.470,77 (dezenove milhões, setecentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e setenta reais e setenta e sete centavos).

Investimentos Realizados

No exercício de 2017 foram realizados importantes investimentos na manutenção e melhoria do sistema de distribuição. Em termos globais a cooperativa realizou gastos com operação e manutenção das redes de distribuição no valor total de R\$ 4.939 mil.





Os investimentos em melhorias e ampliação de redes de distribuição de energia elétrica foram de R\$ 1.062 mil.

Foram instalados 34 (trinta e quatro) novos transformadores sendo:

- No município de Armazém – 11 (onze) transformadores.
- No município de São Martinho – 7 (sete) transformadores.
- No município de São Bonifácio – 16 (dezesesseis) transformadores.

Da Permissão para Distribuir Energia Elétrica – Regularização Junto a ANEEL

A cooperativa encontra-se em processo de enquadramento como permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, pleiteado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, atendendo ao processo administrativo de regularização de cooperativas de eletrificação rural, instituído através da Resolução ANEEL 333/99, atualizada pela Resolução ANEEL 012/2002.

Em 17 de dezembro de 2017 a ANEEL emitiu uma nota técnica (Nota Técnica nº 375/2017-SGT/SCT/ANEEL) definindo, entre outros aspectos, os valores que comporão a tarifa inicial da cooperativa como permissionária. Os termos da nota técnica foi submetido à audiência pública (AP nº 079/2017) e a cooperativa aguarda o resultado da análise das contribuições apresentadas à referida audiência pública e seus efeitos sobre a definição da tarifa inicial.

A conclusão do processo de enquadramento da cooperativa é esperada para o exercício de 2018. O contexto regulamentado poderá alterar o processo operacional e administrativo em curso na cooperativa, com reflexos não previstos ou não avaliados adequadamente, inclusive retroativos, podendo afetar a posição econômica e financeira atualmente apresentada.

Reversão de reserva (Fundo de Manutenção, Ampliação e Melhoria) em montante maior do que o estabelecido no Estatuto Social

Em reunião realizada no dia 23 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração decidiu proceder a uma reversão extraordinária de parte do Fundo de Manutenção, Ampliação e Melhoria, no valor de R\$ 3.500.000,00, somando-se este valor ao saldo a disposição da assembléia geral, mediante registro contábil na data do encerramento do exercício de 2017.

O saldo do Fundo de Manutenção, Ampliação e Melhoria antes da reversão extraordinária proposta era de R\$ 7.556.280,91 e a reversão extraordinária representará uma redução de 46% do saldo.

O Fundo de Manutenção, Ampliação e Melhoria está previsto na letra "c" do Art. 58 do Estatuto Social e se destina à ampliação e manutenção de redes de distribuição de



energia elétrica. A reversão do fundo está prevista no parágrafo 2º do mesmo artigo, tendo como base o percentual médio de depreciação dos ativos depreciáveis. No exercício de 2017, a reversão do saldo do fundo, conforme previsto no Estatuto Social, foi R\$ 321.429,67.

A decisão do Conselho de Administração visa transferir recursos à Cooperzem Geração por meio da distribuição de sobras na forma de quotas de capital aos associados desta, tendo em vista tratar-se dos mesmos associados em ambas as cooperativas. A decisão foi considerada estratégica na busca de uma solução para capitalizar recursos na Cooperzem Geração e amortizar parte das obrigações desta com a Cooperzem Distribuição. As obrigações da Cooperzem Geração para com a Cooperzem Distribuição tiveram origem na necessidade de financiamento, em caráter excepcional e urgente, para a conclusão da construção da CGH III, Volta Grande, de propriedade da Cooperzem Geração.

Handwritten signature/initials in blue ink.



Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Cooperativa. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Cooperativa.

Armazém 31 de Dezembro de 2017.

Blasius Francisco Lehmkuhl
Presidente



DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Blasius Francisco Lehmkuhl
Presidente

Klaus Jorg Christoph Stortz
Vice-Presidente

Marcelino Gabriel Heerd
Secretário

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Efetivos:

Evani Lole
Antônio Guisi Ceolin
José de Oliveira Darella
Senesio Laurindo
Cristiano Moreira Filho
Anderson Davi Peters

Suplentes:

Patricio Pereira Laurindo
Altamiro dos Santos Medeiros
Rodolfo Felipe Weber
Guido Ottersbach
Everaldo Berkenbrock
Fabio Mai

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Joacir José Nazário Cardoso
Edson Felisbino Silvano
Teobaldo Heinzen

Suplentes:

Hênio da Rosa
Renato Paulo Weber
Nelso Nasario

DELEGADOS JUNTO A FECOERUSC

Dionisio Effting
João Heidemann
Areo Lemonje
Nildo Schug



2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS



Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro
Balço Patrimonial
 (Valores expressos em reais)

ATIVO	NE	2017	2016
Circulante		6.417.354,00	5.127.309,89
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	1.665.533,25	988.666,92
Consumidores	6	3.647.159,69	3.100.954,59
Impostos e Contribuições Sociais	7	573.099,99	696.140,80
Estoques	8	62.073,25	87.722,29
Despesas Pagas Antecipadamente	9	3.784,72	18.338,46
Outros Créditos	10	465.703,10	235.486,83
Não Circulante		25.280.746,58	19.960.174,01
<u>Realizável a Longo Prazo</u>		<u>14.779.051,34</u>	<u>9.688.236,98</u>
Impostos e Contribuições Sociais	7	31.110,92	59.156,15
Outros Créditos	10	14.747.940,42	9.629.080,83
Investimento	11	13.986,77	13.586,77
Imobilizado	12	10.487.708,47	10.258.350,26
TOTAL DO ATIVO		31.698.100,58	25.087.483,90

PASSIVO	NE	2017	2016
Circulante		19.114.332,33	10.212.903,42
Fornecedores	13	16.920.622,51	7.689.766,25
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	14	471.363,04	500.173,68
Empréstimos e Financiamentos	15	704.405,18	1.357.468,01
Impostos e Contribuições Sociais	7	928.306,37	597.827,77
Outras Contas a Pagar	16	89.635,23	67.667,71
Não Circulante		1.378.094,86	4.318.717,30
Fornecedores	13	-	2.684.309,46
Empréstimos e Financiamentos	15	359.830,38	1.047.296,90
Impostos e Contribuições Sociais	7	984.139,69	-
Provisões para Litígios	17	-	587.110,94
Outras Obrigações	16	34.124,79	-
Patrimônio Líquido	18	11.205.673,39	10.555.863,18
Capital Social		247.533,44	246.436,44
Reservas de Sobras		6.873.703,61	9.992.354,66
Reserva Legal		1.198.462,67	870.535,06
RATES		1.618.960,03	404.281,25
Reserva de Manut. Ampliação e Melhoria		4.056.280,91	5.896.647,45
Sobras ou Perdas a Disposição da AG		4.084.436,34	317.072,08
TOTAL DO PASSIVO		31.698.100,58	25.087.483,90

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro
Demonstração do Resultado do Exercício
 (Valores expressos em reais)

	NE	2017	2016
Receita Operacional		25.379.824,54	21.770.543,79
Fornecimento de Energia Elétrica		25.152.734,49	21.505.989,04
Outras Receitas Operacionais		227.090,05	264.554,75
(-) Deduções da Receita Operacional		5.604.353,77	4.837.723,48
ICMS		5.244.592,69	4.630.731,85
PIS e COFINS		359.761,08	206.991,63
(=) Receita Operacional Líquida		19.775.470,77	16.932.820,31
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica		16.750.460,82	14.636.183,05
Energia Elétrica Comprada para Revenda		11.811.795,90	9.162.244,27
Custo de Operação	19	4.938.664,92	5.473.938,78
(=) Resultado Operacional Bruto		3.025.009,95	2.296.637,26
(-) Despesas Operacionais		2.036.364,29	2.290.012,23
Despesas Com Vendas	-	84.559,47	47.497,01
Despesas Gerais e Administrativas	19	2.070.417,45	2.172.108,03
Pessoal e Administradores		893.376,47	1.039.857,32
Material		53.307,49	91.054,32
Serviços de Terceiros		742.020,15	775.091,31
Depreciações		19.551,60	16.835,93
Arrendamentos e Aluguéis		120.349,70	120.000,00
Tributos		28.218,75	3.512,66
Outras Despesas		213.593,29	125.756,49
Outras (Receitas) Despesas, líquidas	20	50.506,31	70.407,19
(=) Resultado do Serviço		988.645,66	6.625,03
(+) Receitas (Despesas) Financeiras		272.514,07	107.746,32
Rendas de Aplicações Financeiras		54.189,78	40.452,75
Outras Receitas Financeiras		258.213,20	408.719,94
Outras Despesas Financeiras	-	584.917,05	341.426,37
(=) Resultado Líquido Antes do IRPJ e da CSLL		716.131,59	114.371,35
(-) Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	21	43.219,40	14.621,18
(-) Contribuição Social s/Lucro Líquido - CSLL	21	24.198,98	8.772,71
(=) Resultado Líquido do Exercício		648.713,21	90.977,46

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 (Valores expressos em reais)

Mutações	Reservas de Sobras				Sobras	Totais
	Capital Social	Reserva Legal	RATES	Reserva de Manut. Ampl. e Melhoria	ou Perdas Acumuladas	
Saldo em 31/12/2015	245.396,44	1.159.015,96	1.396.584,26	7.725.590,70	1.145.803,98	11.672.391,34
Aumento de Capital:						
- Por Integralização de Quotas	1.040,00	-	-	-	-	1.040,00
Destinação do Resultado - AG	-	-	-	-	- 1.145.803,98	- 1.145.803,98
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	90.977,46	90.977,46
Reversão de Reservas	-	-	- 62.741,64	- 303.015,69	303.015,69	- 62.741,64
Destinações Estatutárias	-	2.811,28	64.270,32	9.839,47	- 76.921,07	-
Saldo em 31/12/2016	246.436,44	1.161.827,24	1.398.112,94	7.432.414,48	317.072,08	10.555.863,18
Aumento de Capital:						
- Por Integralização de Quotas	1.097,00	-	-	-	-	1.097,00
Destinação do Resultado - AG	-	-	-	317.072,08	- 317.072,08	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	648.713,21	648.713,21
Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-
- Conforme Estatuto Social	-	-	- 79.829,51	- 321.429,67	401.259,18	-
- Conforme Assembleia Geral	-	-	-	- 3.500.000,00	3.500.000,00	-
Destinações Estatutárias	-	36.635,43	300.676,60	128.224,02	- 465.536,05	-
Saldo em 31/12/2017	247.533,44	1.198.462,67	1.618.960,03	4.056.280,91	4.084.436,34	11.205.673,39

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro
Demonstração do Fluxo de Caixa
 (Valores expressos em reais)

	NE	2017	2016
Atividades Operacionais			
<u>Sobra Líquida do Exercício</u>		<u>648.713,21</u>	<u>90.977,46</u>
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:		432.647,57	4.995.341,14
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	84.559,47	46.719,26
Depreciação e Amortização		646.924,19	578.090,21
Baixas do Imobilizado em Serviço		457.393,79	4.346.269,49
Provisões no Passivo Não Circulante	-	587.110,94	24.262,18
<u>Variações no Ativo</u>	-	<u>5.619.432,67</u>	<u>6.479.816,10</u>
Consumidores	-	461.645,63	814.497,99
Impostos e Contribuições Sociais		151.086,04	35.813,59
Outros Créditos	-	230.216,27	139.010,48
Estoque		25.649,04	110.780,03
Pagamentos Antecipados		14.553,74	4.903,82
Outros Realizáveis	-	5.118.859,59	7.225.366,23
<u>Variações no Passivo</u>	-	<u>7.888.446,76</u>	<u>7.273.747,94</u>
Fornecedores		6.546.546,80	7.609.312,60
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	-	28.810,64	27.782,86
Impostos e Contribuições Sociais		1.314.618,29	255.226,99
Outras Contas a Pagar		56.092,31	108.120,53
<u>Total das Atividades Operacionais</u>		<u>3.350.374,87</u>	<u>5.880.250,44</u>
Atividades de Investimento			
Participações Societárias – Cooperativa de Crédito	-	400,00	12.067,77
Aplicações no Imobilizado - Obras de Distribuição	-	1.333.676,19	5.104.687,04
<u>Total das Atividades de Investimento</u>	-	<u>1.334.076,19</u>	<u>5.116.754,81</u>
Atividades de Financiamento			
Empréstimos e Financiamentos	-	1.340.529,35	750.819,78
Reversão de Reservas	-		62.741,64
Aumentos de Capital		1.097,00	1.040,00
Distribuição de Sobras	-		1.145.803,98
<u>Total das Atividades de Financiamento</u>	-	<u>1.339.432,35</u>	<u>456.685,84</u>
Total dos Efeitos no Caixa (1 - 2 + 3)		676.866,33	306.809,79
Saldo Inicial de Caixa		988.666,42	681.857,13
Saldo Final de Caixa		1.665.533,25	988.666,42
Variação no Caixa		676.866,83	306.809,29

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores em Reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperzem Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica – COOPERZÉM DISTRIBUIÇÃO é uma sociedade cooperativa do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB tendo como objetivo a distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade instaladas nos municípios de São Martinho, São Bonifácio e Armazém no estado de Santa Catarina. Para fins fiscais e tributários a COOPERZÉM DISTRIBUIÇÃO está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

Principais Atividades Desenvolvidas – No decorrer do exercício social de 2017, a COOPERZÉM DISTRIBUIÇÃO realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria de suas instalações de produção e distribuição, de acordo com seu objeto social.

2. Da Permissão – Regularização Junto a ANEEL

A cooperativa encontra-se em processo de enquadramento como permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, pleiteado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, atendendo ao processo administrativo de regularização de cooperativas de eletrificação rural, instituído através da Resolução ANEEL 333/99, atualizada pela Resolução ANEEL 012/2002.

Em 17 de dezembro de 2017 a ANEEL emitiu uma nota técnica (Nota Técnica nº 375/2017-SGT/SCT/ANEEL) definindo, entre outros aspectos, os valores que comporão a tarifa inicial da cooperativa como permissionária. Os termos da nota técnica foi submetido à audiência pública (AP nº 079/2017) e a cooperativa aguarda o resultado da análise das contribuições apresentadas à referida audiência pública e seus efeitos sobre a definição da tarifa inicial.

A conclusão do processo de enquadramento da cooperativa é esperada para o exercício de 2018. O contexto regulamentado poderá alterar o processo operacional e administrativo em curso na cooperativa, com reflexos não previstos ou não avaliados adequadamente, inclusive retroativos, podendo afetar a posição econômica e financeira atualmente apresentada.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 6.404/1976 – lei das sociedades por ações, devido ao seu caráter aplicável as demais sociedades. Tomou-se também como base as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Estão ainda de acordo com a Lei



5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativa e premissas que afetem os valores de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

4. Principais Práticas Contábeis

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários a vista e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

4.2. Consumidores

Engloba o fornecimento de energia faturada até 31 de dezembro, contabilizado com base no regime de competência.

4.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecido em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de créditos, após criteriosa análise das contas a receber.

4.4. Estoque

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, igualmente registrado pelo custo médio.

4.5. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução ANEEL nº 15 de 24 de dezembro de 1997, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 367 de 26 de junho de 2009.

4.6. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

4.7. Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

4.8. Tributação de receitas, ganhos e resultados

Os tributos incidentes sobre receitas, ganhos e resultados foram calculados com base na legislação vigente, considerando as características próprias das sociedades cooperativas. A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social foi apurada sobre o lucro obtido nas operações com não associados conforme, demonstrado na nota 21.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Contas	Tipo de Aplicação	2017	2016
Caixa e Bancos		1.103.804,91	228.125,83
Aplicações no Mercado Aberto		561.728,34	760.541,09
Banco do Brasil S/A	BB Renda Fixa LP 100	480.932,58	642.532,46
Cresol	-	-	16.138,87
Banco Bradesco S/A	Invest Fácil Bradesco	79.903,20	50.001,56
Caixa Econômica Federal	Caixa Fic Giro RF Ref DI L	892,56	51.868,20
		1.665.533,25	988.666,92

6. Consumidores

Composição das contas a receber em 31 de dezembro, representada por consumidores faturados:

	Vincendos	Vencidos		Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa	Total	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias		2017	2016
Residencial	746.107,38	157.123,71	148.992,00	- 146.824,99	905.398,10	875.054,02
Industrial	1.092.289,22	326.920,75	565.645,28	- 549.193,68	1.435.661,57	1.033.388,69
Comercial	364.997,67	39.337,82	53.754,56	- 47.819,46	410.270,59	387.775,61
Rural	704.808,23	74.352,69	53.500,88	- 42.029,49	790.632,31	726.967,10
Poder Público	37.772,77	-	5.436,80	- 5.034,43	38.175,14	34.485,90
Iluminação Pública	40.713,89	-	-	-	40.713,89	30.304,44
Serviço Público	14.287,65	-	132,18	- 132,18	14.287,65	12.978,83
Outros	31.783,20	925,00	2.470,00	- 23.157,76	12.020,44	-
Total	3.032.760,01	598.659,97	829.931,70	- 814.191,99	3.647.159,69	3.100.954,59

6.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Após análise das contas a receber vencidas, a administração considerou os valores como suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

Os critérios utilizados na apuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa referem-se aos parâmetros recomendados pela ANEEL e abrangem os créditos por fornecimento de energia elétrica a prazo e outros valores a receber.

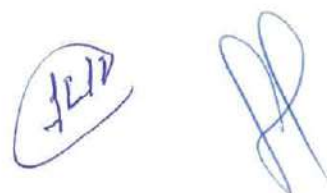


7. Impostos e Contribuições Sociais

	2017	2016
a) Ativo Circulante		
ICMS à Recuperar	417.908,23	348.881,81
Contribuições Sociais na Fonte	1.046,25	1.066,15
Imposto de Renda Retido na Fonte	10.816,22	5.082,34
Pis Retido na Fonte	61,19	3.513,12
Cofins Retido na Fonte	282,52	16.214,28
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - Estimativa	100.857,90	228.711,03
Contrib. Social s/Lucro Liq - Estimativa	42.127,68	92.672,07
	573.099,99	696.140,80
b) Ativo Não Circulante		
ICMS a Recuperar	31.110,92	59.156,15
c) Passivo Circulante		
ICMS a Recolher	501.630,38	449.905,80
IRRF a Recolher	135,00	68,61
IRPJ a Recolher	43.219,40	14.621,18
INSS a Pagar	58.513,36	70.220,47
FGTS a Pagar	21.437,50	24.985,45
PIS Folha de Pagamentos	2.642,94	3.139,48
CSLL a Pagar	24.198,98	8.772,71
PIS Faturamento a Pagar	-	4.612,59
COFINS Faturamento a Pagar	-	21.288,79
Contribuições Sociais na Fonte	418,50	212,69
ICMS - Parcelamento	217.311,39	-
Pert - PIS/COFINS	58.798,92	-
	928.306,37	597.827,77
d) Passivo Não Circulante		
ICMS - Parcelamento	270.553,72	-
Pert - PIS/COFINS	713.585,97	-
	984.139,69	-

8. Estoques

Os estoques classificados no circulante estão representados por material de almoxarifado, destinado a manutenção de rede de distribuição de energia elétrica.





Material	2017	2016
Outros Materiais	48.961,83	52.444,60
Chaves	247,56	870,00
Para-raios	251,40	133,79
Condutor	5.113,16	8.018,34
Medidores	-	15.462,94
Luminárias	100,00	-
Postes	825,35	775,35
Isoladores	4.486,06	10.060,70
	59.985,36	87.765,72

9. Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas estão representadas por despesas com prêmios de seguro a apropriar. Os seguros contratados se referem a frota de veículos e edificações, conforme detalhamento na nota 22.

10. Detalhamento de Outros Créditos

Contas	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE		
Empregados	78.871,97	77.495,17
Fonecedores	76.340,58	15.000,00
Uso Mútuo de Estruturas	32.205,50	30.359,47
Serviços Prestados de Iluminação Pública em Curso	103.848,87	-
Outros Serviços em Curso	34.436,18	32.632,19
Títulos Val. Mobil. - Títulos Capitalização	140.000,00	80.000,00
	465.703,10	235.486,83
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Outros Créditos - Cooperzem Geração	14.747.940,42	9.569.080,83
Títulos Val. Mobil. - Títulos Capitalização	-	60.000,00
	14.747.940,42	9.629.080,83

11. Investimentos

Os investimentos estão representados pela participação no capital de outras sociedades cooperativas avaliados pelo custo.

	2017	2016
CREDIVALE - SICOOB	13.052,77	13.052,77
CRESOL - Santo Amaro da Imperatriz - SC	734,00	534,00
CRESOL - Armazém - SC	200,00	0,00
	13.986,77	13.586,77

12. Ativo Imobilizado

12.1. Composição do Ativo Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Residual	
			2017	2016
Terrenos	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	68.126,83	31.217,49	36.909,34	39.177,96
Máquinas e Equipamentos	14.167.948,99	4.878.544,85	9.289.404,14	8.930.782,40
Veículos	994.284,22	472.037,26	522.246,96	481.624,38
Imobilizado em Curso	190.170,10	-	190.170,10	97.514,50
Almoxarifado de Investimento	403.406,50	-	403.406,50	663.957,30
Móveis e Utensílios	43.353,84	7.782,41	35.571,43	35.293,72
	15.877.290,48	5.389.582,01	10.487.708,47	10.258.350,26

12.2. Detalhamento do Almoxarifado de investimento

Material	2017	2016
Estruturas	50.224,88	126.676,78
Transformadores	88.501,16	62.114,15
Condutores	69.760,55	133.582,96
Medidores	2.484,12	21.116,28
Outros Materiais	192.435,79	320.467,13
	403.406,50	663.957,30

12.3. Movimentação das Contas do Ativo Imobilizado

	Saldo Inicial	(+) Adições	(-) Baixas	Saldo Atual
Custo de Aquisição				
Terrenos	10.000,00	-	-	10.000,00
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	68.126,83	-	-	68.126,83
Máquinas e Equipamentos	13.415.880,89	1.065.649,97	313.581,87	14.167.948,99
Veículos	926.814,97	172.070,62	104.601,37	994.284,22
Móveis e Utensílios	40.053,84	3.300,00	-	43.353,84
Imobilizado em Curso	93.955,01	83.955,24	-	177.910,25
Almoxarifado de Investimento	663.957,30	-	260.550,80	403.406,50
Adiantamento a Fornecedores	3.559,49	8.700,36	-	12.259,85
	15.222.348,33	1.333.676,19	678.734,04	15.877.290,48
Depreciação Acumulada				
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	- 28.948,87	- 2.268,62	-	- 31.217,49
Máquinas e Equipamentos	- 4.485.098,49	- 541.855,93	- 148.409,57	- 4.878.544,85
Veículos	- 445.190,59	- 99.777,35	- 72.930,68	- 472.037,26
Móveis e Utensílios	- 4.760,12	- 3.022,29	-	- 7.782,41
	- 4.963.998,07	- 646.924,19	- 221.340,25	- 5.389.582,01
Residual em 31/12/2017	10.258.350,26	686.752,00	- 457.393,79	10.487.708,47



13. Fornecedores

	2017	2016
<u>Circulante</u>		
<u>Fornecedores de Energia Elétrica</u>		
· CELESC Distribuição S/A	16.597.353,89	7.492.912,44
Fornecedores de Materiais	296.036,29	164.180,84
Fornecedores de Serviços	27.232,33	32.672,97
	16.920.622,51	7.689.766,25
<u>Não Circulante</u>		
<u>Fornecedores de Energia Elétrica</u>		
CELESC Distribuição S/A	-	2.684.309,46
	-	2.684.309,46
	16.920.622,51	10.374.075,71

14. Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas

O saldo de folha de pagamentos e provisões trabalhistas está registrado pelo valor líquido das retenções de tributos sobre a folha de pagamento de dezembro, com vencimento em janeiro e provisão de remuneração de férias a pagar a empregados, acrescida dos respectivos encargos sociais.

	2017	2016
Provisão de Férias e Encargos Sociais	405.444,78	430.064,55
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	62.279,40	68.669,71
Consignações em Favor de Terceiros	3.638,86	1.439,42
	471.363,04	500.173,68

15. Empréstimos e Financiamentos

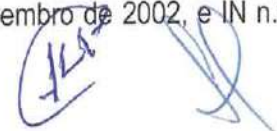
Contas	Modalidade	Encargos	Vencimento	Total	
				2017	2016
Circulante					
Crédavale - CCB 252356	Giro	2,30% a. m.	10/12/2019	217.566,00	217.566,00
Banco do Brasil S/A - BB Giro 464.201.781	BB Giro Empresa Flex	46,819% a.a	15/04/2017	-	240.000,00
BRDE - Contrato 2.21076.10.9	FINAME Equipamentos Nacionais	7,00% a.a	15/12/2017	-	20.728,93
BRDE - Contrato 2.21076.30.3	FINAME Equipamentos Nacionais	4,50% a.a	15/12/2019	14.820,83	14.820,82
BRDE - Contrato 2.21076.20.6	FINAME Equipamentos Nacionais	7,00% a.a	15/12/2017	-	7.355,46
BRDE - Contrato 2.21250.01.0	Investimentos Fixos	4,90% a.a + T.JLP	15/02/2020	65.642,98	64.941,99
Banco Itaú - Finame 201.243.257/00	FINAME Equipamentos Nacionais	3,90% a.a + T.JLP	15/02/2017	-	3.102,44
Banco Itaú - Finame 201.367.888/00	FINAME Veículos PJ	3,00% a.a	16/04/2018	4.350,84	13.052,65
Banco Itaú - Capital de Giro 1075671188	Giro	32,90% a.a	04/12/2017	-	76.725,54
Banco Itaú - Capital de Giro 1075671097	Giro	32,90% a.a	04/12/2017	-	76.725,54
Bradesco - Capital de Giro 009.891.949	Giro	32,61% a.a	15/02/2019	255.258,75	257.281,34
Banco Itaú - Capital de Giro 028705293-0	Giro	27,12% a.a	26/02/2018	40.145,00	240.869,90
BRDE - Contrato 2.32527.88.8	Investimentos Fixos	Variável	15/01/2019	99.803,11	83.391,23
Banco Itaú - Capital de Giro 1098047853	Giro	40,92% a.a	19/02/2018	6.817,67	40.906,17
				704.405,18	1.357.468,01
Não Circulante					
Crédavale - CCB 252356	Giro	2,30% a. m.	10/12/2019	217.566,00	435.132,00
BRDE - Contrato 2.21076.30.3	FINAME Equipamentos Nacionais	4,50% a.a	15/12/2019	14.820,83	29.641,64
BRDE - Contrato 2.21250.01.0	Investimentos Fixos	4,90% a.a + T.JLP	15/02/2020	76.583,47	140.707,64
Banco Itaú - Finame 201.367.888/00	FINAME Veículos PJ	3,00% a.a	16/04/2018	-	4.350,88
Bradesco - Capital de Giro 009.891.949	Giro	32,61% a.a	15/02/2019	42.543,16	300.161,56
Banco Itaú - Capital de Giro 028705293-0	Giro	27,12% a.a	26/02/2018	-	40.145,00
BRDE - Contrato 2.32527.88.8	Investimentos Fixos	Variável	15/01/2019	8.316,92	90.340,49
Banco Itaú - Capital de Giro 1098047853	Giro	40,92% a.a	19/02/2018	-	6.817,69
				359.830,38	1.047.296,90

16. Outras Contas a Pagar

Contas	2017	2016
Circulante		
Convênios de Arrecadação	59.765,40	32.947,49
Outras Obrigações	20.963,74	29.257,13
Recebimentos em Duplicidade	2.219,20	520,58
Juros Eletrobrás	4.849,75	4.849,75
Microgeração	1.837,14	92,76
	89.635,23	67.667,71
Não Circulante		
Participação Financeira do Consumidor	34.124,79	-

17. Provisão para Litígios - PIS/COFINS Sobre Ato Cooperativo Não Reconhecido – Notificação Fiscal

As Leis n.ºs 9.715/98 e 9.718/98 alteradas parcialmente por Medidas Provisórias até a de n.º 2158-35/2001, pelas Leis n.ºs 10.637 de 30 de dezembro de 2002, 10.676 de 22 de maio de 2003 e 10.684 de 30 de maio de 2003, implementadas com a Instrução Normativa – IN n.º 145 da Secretaria da Receita Federal – SRF de 09 de dezembro de 1999, IN n.º 247 de 21 de novembro de 2002, e IN n.º





358 de 9 de setembro de 2003, estabeleceram que a contribuição para o PIS e a COFINS são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, calculadas com base no faturamento a partir de 01 de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores a partir de novembro de 1999. Em 24 de março de 2006 foi editada a IN – SRF n.º 635 dispondo sobre a contribuição ao PIS e da COFINS, cumulativas e não-cumulativas devidas pelas cooperativas em geral.

Com o advento da Lei n.º 10.684, houve grande evolução no entendimento da não incidência da contribuição para o PIS e da COFINS sobre o ato cooperativo, notadamente quando determinou, em seu Art. 17, a exclusão dos *valores dos serviços prestados pelas cooperativas de eletrificação rural a seus associados* da base de cálculo do tributo. Com isso a administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de contribuição ao PIS e da COFINS.

Através de ação fiscalizadora, concluída em 22 de novembro de 2006, a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração, protocolado em 07 de dezembro de 2006, por suposta falta de recolhimento da Contribuição ao PIS e da COFINS no período de setembro de 2001 a junho de 2006. O procedimento fiscal tomou como base de cálculo a totalidade das receitas, excluindo os gastos com geração e distribuição de energia elétrica e a parcela das sobras destinada aos fundos legais.

Em 20 de dezembro de 2006 a cooperativa interpôs defesa administrativa argumentando a não incidência de tributo sobre o ato cooperativo. Mesmo discordante, a cooperativa destacou ainda em sua defesa a ausência de exclusão, da base de cálculo utilizada pela autoridade fiscal, dos valores correspondentes aos demais gastos, inclusive financeiros, a serviço do associado, bem como a integralidade das sobras.

Diante do auto de infração, a cooperativa reconheceu como **provável** sua materialização e seus efeitos contabilizados mediante provisão, utilizando como valor, o cálculo da autoridade fiscalizadora ajustado pelas exclusões não computadas e argumentadas na defesa.

Em julgamento proferido em novembro de 2014 o Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade em favor da incidência do PIS/COFINS sobre as receitas das cooperativas de serviços médicos e de profissionais liberais, decisão que poderá influenciar o entendimento da administração sobre a incidência dos tributos sobre as receitas da cooperativa.

Com o advento da intimação para pagamento dos débitos notificados relativos ao período de 01/09/2001 a 30/06/2006, a administração da cooperativa, embora discordante, passou a calcular e recolher os tributos de acordo com as exigências da Secretaria da Receita Federal do Brasil a partir da competência novembro de 2014.

Em agosto de 2017 a cooperativa aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017, implicando na desistência da discussão do mérito da demanda. A obrigação foi consolidada mediante a opção de pagamento de



uma entrada e o restante em outras 145 mensalidades. A cooperativa obteve benefício de redução de 80% no valor dos juros e 40% de redução no valor das multas para o montante parcelado.

Com a adesão ao PERT o valor da provisão foi levado ao resultado do exercício.

18. Patrimônio Líquido

18.1. Capital Social

18.1.1. Movimentação - De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- a) Na admissão do associado, pela subscrição do valor das quotas–partes fixado no estatuto social;
- b) Pela subscrição de novas quotas–partes;
- c) Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- d) Pela retirada do associado, por demissão, eliminação ou exclusão.

18.1.2. Composição

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 8.625 (oito mil, seiscentos e vinte e cinco) associados em 31 de dezembro de 2017 – em 2016 eram 8.496 (oito mil quatrocentos e noventa e seis) associados.

18.2. Reservas de Sobras – Natureza e Finalidade das Reservas

18.2.1. Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

18.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

18.2.3. Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituído estatutariamente por 35% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

18.3. Sobras ou Perdas a Disposição da Assembleia Geral Ordinária

São as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas às suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme



demonstrado no quadro a seguir:

	2017	2016
Resultado Líquido do Exercício	648.713,21	90.977,46
Lucro Líquido do Exercício	282.358,88	62.864,68
Sobra Líquida do Exercício	366.354,33	28.112,78
(-) Destinações Estatutárias	465.536,05	76.921,07
<u>FATES</u>	300.676,60	64.270,32
* 100% do Lucro Líquido (Art. 60º)	282.358,88	62.864,68
* 5% das Sobras Líquidas (Letra b do Art. 46º)	18.317,72	1.405,64
Fundo de Reserva - 10% das Sobras Líquidas (Letra a do Art. 46º)	36.635,43	2.811,28
Fundo de Manut., Ampliação e Melhoria - 35% das Sobras Líquidas (Letra c do Art. 46º)	128.224,02	9.839,47
(+) Reversão de Reservas	3.901.259,18	303.015,69
Realização Fundo de Manutenção, Ampliação e Melhoria	3.821.429,67	303.015,69
Utilização de Reservas (FATES)	79.829,51	-
(=) Sobras Líquidas a Disposição da AGO	4.084.436,35	317.072,08

19. Custos e Despesas

	2017	2016
Custo de Operação - Sistema de Distribuição		
Pessoal	3.333.972,48	3.616.917,45
Serviços de Terceiros	215.568,06	265.451,01
Material	609.394,29	941.005,66
Depreciação e Amortização	627.372,59	561.254,28
Outras Despesas	152.357,50	89.310,38
	4.938.664,92	5.473.938,78
Despesas Gerais e Administrativas		
Pessoal e Administradores	893.376,47	1.039.857,32
Material	53.307,49	91.054,32
Serviços de Terceiros	742.020,15	775.091,31
Depreciação e Amortização	19.551,60	16.835,93
Outras Despesas	362.161,74	249.269,15
	2.070.417,45	2.172.108,03

20. Outras Receitas e Despesas Líquidas

Descrição	2017	2016
Outras Despesas		
Perdas na Desativação de Bens e Direitos	5.078,65	56.210,97
Perdas na Alienação de Bens e Direitos	-	11.949,07
Outras Perdas em Inventários	45.427,66	2.247,15
	50.506,31	70.407,19



21. Demonstrativo de Resultado para Efeito de Incidência de Tributos

Demonstração de Resultado por Ato Cooperativo e Não Cooperativo - 2017			
Contas	Operações com		Total
	Associados	Terceiros	
Receita Operacional Bruta	21.163.806,64	4.216.017,90	25.379.824,54
(-) Deduções da Receita Bruta	4.808.887,84	795.465,93	5.604.353,77
Impostos e Contrib. Sobre a Receita	4.808.887,84	795.465,93	5.604.353,77
(=) Receita Operacional Líquida	16.354.918,80	3.420.551,97	19.775.470,77
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica	14.032.043,07	2.718.417,75	16.750.460,82
(=) Resultado Operacional Bruto	2.322.875,73	702.134,22	3.025.009,95
(-) Despesas Operacionais	1.914.415,00	343.957,05	2.258.372,05
Despesas com Vendas	70.496,04	14.063,43	84.559,47
Despesas Gerais e Administrativas	1.726.077,94	344.339,51	2.070.417,45
Despesas Financeiras Líquidas	258.833,10	13.680,97	272.514,07
Outras Despesa/(-)Receitas Operacionais	42.106,40	8.399,91	50.506,31
(=) Result. Liq. Exerc. Antes Tributação	366.354,33	349.777,26	716.131,59
(-) Tributos Incidentes Sobre o Resultado	-	67.418,38	67.418,38
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	43.219,40	43.219,40
Contribuição Social s/Lucro Líquido - CSLL	-	24.198,98	24.198,98
(=) Resultado Líquido do Exercício	366.354,33	282.358,88	648.713,21
Resultado Líquido do Exercício em 2016	28.112,78	62.864,68	90.977,46

22. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo equipamentos, prédio e conteúdo e a frota de veículos da entidade conforme descrito a seguir:

Descrição	Seguradora	Categoria	Placa	Valor Prêmio	Valor Danos Segurados		
					Materiais	Pessoais	Casco
Caminhão MB L 1718	HDI Seguros	Carga	LX 5640	1.401,67	100.000,00	200.000,00	
Caminhonete Toyota	HDI Seguros	Carga	LYW 2102	943,79	100.000,00	200.000,00	
Ford F4000 4x4	HDI Seguros	Carga	GZV 4554	943,79	100.000,00	200.000,00	
Mahindra Pik-Up CS 2.2 4x4 (diesel) Mec c/ C	HDI Seguros	Carga	MMF 7414	1.025,91	100.000,00	200.000,00	
Mahindra Pik-Up CS 2.2 4x4 (diesel) Mec	HDI Seguros	Carga	ITT 2791	943,79	100.000,00	200.000,00	
Mahindra Pik-Up CS 2.2 4x4 (diesel) Mec c/ C	HDI Seguros	Carga	QHG 8003	943,79	100.000,00	200.000,00	
Fiat Strada Working 1,4 MPI Fire Flex 8V CD 3P	HDI Seguros	Carga	OKE 7408	331,42	100.000,00	200.000,00	
Fiat Strada Working 1,4 MPI Fire Flex 8V CE	HDI Seguros	Carga	QHP6482	331,42	100.000,00	200.000,00	
Fiat Strada Working 1,4 MPI Fire Flex 8V CS	HDI Seguros	Carga	MMF 6979	331,42	100.000,00	200.000,00	
Fiat Strada Working 1,4 MPI Fire Flex 8V CE	HDI Seguros	Carga	QHP2194	376,81	100.000,00	200.000,00	
VW Gol Trendline 1.6 T. Flex 8v 5p	HDI Seguros	Passeio	QIX5131	1.205,70	100.000,00	230.000,00	110,00% FIPE
VW 15.180E Constellation 2P (Diesel)	HDI Seguros	Carga	MHL 3849	1.401,67	100.000,00	200.000,00	
Prédio e Conteúdo (Escritório Sede)	Sompo Empresarial			2.389,08	750.000,00	-	
				12.570,26	1.950.000,00	2.430.000,00	

23. Excesso de Passivos de Curto Prazo

A cooperativa apresenta excesso de passivos de curto prazo, agravado no exercício de 2017, necessitando de novos aportes de recursos ou alongamento dos prazos de suas obrigações junto a fornecedores.



A administração da cooperativa vem buscando uma solução para o alongamento das obrigações, incluindo a renegociação de parcelamento junto a fornecedores.

24. Reversão de reserva (Fundo de Manutenção, Ampliação e Melhoria) em montante maior do que o estabelecido no Estatuto Social


Em reunião realizada no dia 23 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração decidiu proceder a uma reversão extraordinária de parte do Fundo de Manutenção, Ampliação e Melhoria, no valor de R\$ 3.500.000,00, somando-se este valor ao saldo a disposição da assembleia geral, mediante registro contábil na data do encerramento do exercício de 2017.

O saldo do Fundo de Manutenção, Ampliação e Melhoria antes da reversão extraordinária proposta era de R\$ 7.556.280,91 e a reversão extraordinária representará uma redução de 46% do saldo.


O Fundo de Manutenção, Ampliação e Melhoria está previsto na letra "c" do Art. 58 do Estatuto Social e se destina à ampliação e manutenção de redes de distribuição de energia elétrica. A reversão do fundo está prevista no parágrafo 2º do mesmo artigo, tendo como base o percentual médio de depreciação dos ativos depreciáveis. No exercício de 2017, a reversão do saldo do fundo, conforme previsto no Estatuto Social, foi R\$ 321.429,67.

A decisão do Conselho de Administração visa transferir recursos à Cooperzem Geração por meio da distribuição de sobras na forma de quotas de capital aos associados desta, tendo em vista tratar-se dos mesmos associados em ambas as cooperativas. A decisão foi considerada estratégica na busca de uma solução para capitalizar recursos na Cooperzem Geração e amortizar parte das obrigações desta com a Cooperzem Distribuição. As obrigações da Cooperzem Geração para com a Cooperzem Distribuição tiveram origem na necessidade de financiamento, em caráter excepcional e urgente, para a conclusão da construção da CGH III, Volta Grande, de propriedade da Cooperzem Geração.

Armazém, 31 de dezembro de 2017.



Blasius Francisco Lehmkuhl
Presidente
CPF 018.187.759-72



Márcio Rodrigues
Contador
CRC - SC 024.440/O - 0



3 - PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados:


Em cumprimento às determinações estatutárias com o mandato que nos foi conferido, declaramos que procedemos um minucioso exame dos documentos, estado de caixa, contas bancárias, contabilidade, balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício da Cooperzem Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica relativos ao exercício de 2017.

Com base nas reuniões regulamentares de nossa gestão durante as quais tomamos conhecimento de todos os negócios da Cooperzem Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica, e tendo encontrado tudo em ordem conforme determina o estatuto social, e em vista da realização da Assembléia Geral Ordinária. Estamos emitindo o PARECER FAVORÁVEL no sentido de que sejam aprovadas pela Assembléia Geral as contas do ano de 2017 por estar tudo em perfeita ordem.

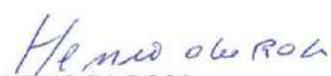
Encaminhe-se o presente parecer a Assembleia Geral Ordinária para apreciação.

Armazém-SC em 23 de fevereiro de 2018


JOACIR JOSÉ NAZÁRIO CARDOSO


EDSON FELISBINO SILVANO


TEOBALDO HEINZEN


HENIO DA ROSA


RENATO PAULO WEBER


NELSO NASARIO



4 - PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Conselheiros e Associados da

COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO

Armazém - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, Exceto em relação ao fato descrito no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

A cooperativa efetuou reversão do Fundo de Manutenção Ampliação e Melhoria, no valor de R\$ 3.500.000,00, para a conta "Sobras ou Perdas Acumuladas", conforme divulgado na Nota Explicativa "24", aumentando o saldo da conta "Sobras ou Perdas à disposição da AGO", em idêntico valor, sem observância às normas contábeis e legislação cooperativista.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos atenção para a Nota Explicativa "23" às demonstrações contábeis, que indica para o excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, em valor de R\$ 12.696.978,33, em 2017, podendo comprometer a capacidade de pagamento da cooperativa, caso não sejam concretizadas as tratativas da administração no alongamento no prazo de pagamento das obrigações de curto prazo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERZEM COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 07 de março de 2018.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador – CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012



PAGINA EM BRANCO